



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ANTONIO JOSINALDO SOARES SILVA**

**O TRABALHO COOPERADO E A EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO NÃO  
ESCOLARIZADA NO ASSENTAMENTO FAZENDA MATA EM AMPARO-PB**

Sumé-PB

2015

**ANTONIO JOSINALDO SOARES SILVA**

**O TRABALHO COOPERADO E A EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO NÃO  
ESCOLARIZADA NO ASSENTAMENTO FAZENDA MATA EM AMPARO-PB**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento do Semiárido/CDSA – Campus Sumé-PB em cumprimento as exigências para obtenção do título de licenciado em Ciências Sociais, sob orientação do prof. Drº. Paulo Cesar Oliveira Diniz.

Orientador: prof. Drº. Paulo Cesar Oliveira Diniz

Sumé/PB

2015

S586t Silva, Antonio Josinaldo Soares.  
O trabalho cooperado e a emergência da educação não  
escolarizada no assentamento fazenda Mata em Amparo-PB  
/ Antonio Josinaldo Soares Silva. - Sumé - PB: [s.n], 2016.

51 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Oliveira Diniz.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande;  
Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido;  
Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Educação. 2. Ensino fora da escola. 3. Economia  
Solidária. I. Título.

CDU: 374 (043.3)

**ANTONIO JOSINALDO SOARES SILVA**

**O TRABALHO COOPERADO E A EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO NÃO  
ESCOLARIZADA NO ASSENTAMENTO FAZENDA MATA EM AMPARO-PB**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais do  
Centro de Desenvolvimento do Semiárido/CDSA –  
Campus Sumé-PB em cumprimento as exigências para  
obtenção do título de licenciado em Ciências Sociais.

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Drº. Paulo Cesar Oliveira Diniz (orientador) - UFCG/CDSA

Nota (9,0)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Me. José Marciano Monteiro (examinador) - UFCG/CDSA

Nota (9,0)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Me. Robson Fernandes Barbosa (examinador) - UFCG/CDSA

Nota (9,0)

**Nota Final (Média) Nota (9,0)**

Aprovada em 04 de dezembro de 2015.

Dedico este trabalho aos meus estimados pais, Antonia Soares Silva Sobrinha e José Soares Sobrinho, que sempre contribuem de forma valiosa para o meu crescimento pessoal e profissional.

A minha esposa, Gabriela Andressa Gomes, pela motivação e presença nos momentos difíceis e alegres.

### **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Antonia Soares Silva Sobrinha e José Soares Sobrinho, pela motivação e compreensão que tem me proporcionado em todos os momentos da minha vida.

A minha esposa, Gabriela Andressa Gomes, pela motivação e sua presença nos momentos difíceis e alegres.

Aos meus irmãos, Joelson Soares Silva e Joelma Soares Silva, com suas respectivas famílias.

Ao meu orientador, Paulo Cesar Oliveira Diniz, por acreditar na viabilização desse projeto, por respeitar as minhas limitações e explorar as minhas potencialidades.

Aos professores e alunos do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, UFCG/CDSA Campus-Sumé, que compartilharam seus conhecimentos.

A UFCG/CDSA Campus-Sumé pela oportunidade de concluir este curso tão almejado.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01-Região do Cariri Paraibano Ocidental e o Município de Amparo/PB.....	27
Figura 02 - Região do Assentamento Fazenda Mata, Amparo-PB.....	27
Figura 03 - Sede do Assentamento Fazenda Mata.....	28
Figura 04 - Assentamento Fazenda Mata .....	28

## RESUMO

Este estudo evidencia o trabalho cooperado/associado e a emergência da educação não escolarizada no Assentamento Fazenda Mata em Amparo/PB. Pretende-se, portanto, investigar: de que forma o trabalho em cooperação/associado torna-se um mecanismo de promoção da educação não escolarizada no campo do estudo? Nessa perspectiva, tem-se como objetivo principal, compreender a economia solidária e o desenvolvimento sustentável como formas educativas no referido assentamento. A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, com metodologia de natureza descritiva com abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica, com anotações no diário de campo do pesquisador. A princípio, foi empreendida uma revisão da literatura sobre a produção cooperada/associada e economia solidária, os movimentos sociais do campo e a germinação de processos formativos por vias desses fatores. A organização coletiva da comunidade pesquisada, a Associação dos Produtores Rurais do Sítio Caiçara, é um mecanismo que fortalece o desenvolvimento do trabalho coletivo, do olhar crítico dos sujeitos sobre o contexto concreto e o espírito participativo e democrático através de assembleias/reuniões promovidas pela instituição, esses fatores fertilizaram a ocorrência de mediações pedagógicas no desenvolvimento de atividades relacionadas ao referido modo de produção. Esta pesquisa detectou indícios de economia solidária no campo investigado, mais precisamente no trabalho associado através da constituição da associação; nas atividades cooperadas, como a criação de peixe e plantações de palma e triplex (erva sal); nos trabalhos comunitários, a exemplo da produção de água doce; e na produção em harmonia com o meio ambiente, a existência de princípios de desenvolvimento sustentável. Conclui-se que a formação do grupo estudado pode ser visto como uma forma de promover a inclusão social e favorecer a ocorrência de atos educativos e situações de aprendizagem.

**Palavras chaves:** Trabalho cooperado/associado. Economia solidária. Educação não escolarizada. Assentamento Fazenda Mata.

## ABSTRACT

This study highlights the cooperative/associated labor and the emergence of non-school education in the Assentamento Fazenda Mata em Amparo/PB. It is intended, therefore, to investigate: how cooperative work/associate become a promotional mechanism of non-school education in the field of study? From this perspective, it has as main objective to understand the social economy and sustainable development as educational forms in that settlement. The research is characterized as a case study, with descriptive methodology with a qualitative approach and literature, with annotations in the researcher's field diary. At first, a literature review was undertaken on the cooperative/social economy and associated production, rural social movements and germination of training processes by way of these factors. The collective organization of community studied, The Associação dos Produtores Rurais do Sítio Caiçara, is a mechanism that strengthens the development of collective work, the critical eye of the subjects on the concrete context and participatory and democratic spirit through assemblies/meetings organized by the institution. These factors fertilize the occurrence of pedagogical mediations in the development of activities related to that production. This research has detected signs of economic solidarity in the investigated field, more precisely in the associated work through the association's constitution; in cooperative activities such as fish farming and palm oil plantations and atriplex (herb salt); in community work, such as the freshwater production; and producing in harmony with the environment, the existence of principles of sustainable development. It is concluded that the formation of the study group can be seen as a way to promote social inclusion and favor the occurrence of acts educational and learning situations.

**Key words:** Work cooperated/associate. Solidarity Economy. Non-school Education. Assentamento Fazenda Mata.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. O TRABALHO COLETIVO E A EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
2.1 Ponderações acerca do trabalho cooperado .....	11
2.2 A economia solidária e as mediações pedagógicas .....	13
2.3 Breves considerações sobre a educação não escolarizada .....	18
2.4 O trabalho assentado no desenvolvimento sustentável e as práticas educativas .....	19
<b>3. A LUTA PELA TERRA E A EDUCAÇÃO .....</b>	<b>21</b>
3.1 Breves considerações sobre os movimentos sociais do campo .....	21
3.1.1 A matriz pedagógica do MST .....	23
3.1.2 Assentamentos rurais: a dimensão educacional .....	25
<b>4. HISTORICIDADE DO ASSENTAMENTO FAZENDA MATA EM AMPARO-PB ..</b>	<b>27</b>
4.1 Descrições das atividades desenvolvidas pelos assentados no campo do estudo .....	28
4.2 O trabalho cooperado/associado como um mecanismo de promoção da educação não escolarizada .....	30
4.2.1 A emergência da economia solidária .....	33
4.2.1.1 Princípios de desenvolvimento sustentável .....	36
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>40</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como finalidade evidenciar o trabalho cooperado<sup>1</sup> e a emergência da educação não escolarizada no Assentamento Fazenda Mata, como sendo práticas sociais organizadas a partir dessa natureza. Nessa perspectiva levaremos a cabo a organização de trabalhadores sem terra e educação popular, os indícios de economia solidária presentes no campo da pesquisa, a emergência de atos pedagógicos no trabalho em cooperação/associado na comunidade e o trabalho desenvolvido de forma harmônica com o meio ambiente.

O campo selecionado para desenvolver a pesquisa é constituído por um grupo de 29 (vinte e nove) famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais, que deu origem à associação dos produtores rurais do sítio Caiçara, situada no referido assentamento, em Amparo - Paraíba. Este assentamento é resultado de lutas políticas e sociais encadeadas pelo grupo em busca de uma divisão justa das terras que antes eram improdutivas.

Pretende-se, portanto, investigar: de que forma o trabalho em cooperação/associado torna-se um mecanismo de promoção da educação não escolarizada no Assentamento Fazenda Mata em Amparo-PB?

O objetivo geral do estudo é compreender a economia solidária e o desenvolvimento sustentável como formas educativas no referido assentamento. E como objetivos específicos, têm-se: descrever as práticas sociais dos indivíduos que fazem parte da comunidade; apontar os fatores que promovem a educação não escolarizada e demonstrar a relação entre trabalho em cooperação/associado e educação não escolarizada no campo da pesquisa.

De início o trabalho se apropriou da pesquisa bibliográfica. Segundo Figueiredo e Souza (2011, p. 101), “a pesquisa bibliográfica (...) abrange bibliografia já publicada relacionada ao tema em estudo, desde livros, jornais, revistas, monografias, dissertações, teses, incluindo outras fontes como eventos científicos, debates, etc.”. Dessa forma, será feito um levantamento bibliográfico com a finalidade de se obter informações acerca do tema em estudo.

A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, com uma metodologia de caráter descritiva. Para Figueiredo e Souza (2011, p.144) “a pesquisa descritiva é aquela em que o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para modificá-la. Sua finalidade é a descrição das características de determinado fenômeno ou

---

<sup>1</sup> O termo se refere ao trabalho desenvolvido de forma conjunta entre os assentados, ou seja, em cooperação e não se restringe ao termo cooperativismo.

população”.Portanto, foi feita uma descrição das práticas sociais dos sujeitos que fazem parte do assentamento em estudo, procurando conhecê-las e interpretá-las.

A pesquisa foi conduzida através da técnica de entrevista com questões abertas, contendo 14 (perguntas), versando sobre: perfil dos cooperados, trabalho cooperado/associado e educação e economia solidária. Para tanto, utilizou-se como amostra 10 (dez) associados da supracitada associação, correspondendo aproximadamente a 1/3 dos componentes da instituição. Esta escolha da amostra aleatória deve-se a possibilidade dessa quantidade de pesquisados ser suficiente para a demonstração da emergência da educação não escolarizada a partir das práticas sociais dos membros da mencionada associação.

Este trabalho se justifica por tratar-se de uma temática relevante socialmente, pois busca construir conhecimentos de interesse do pesquisador e da sociedade e também desperta o interesse dos meios acadêmicos, uma vez que um estudo nesta perspectiva contribui para que a Universidade sistematize conhecimentos sobre questões que ainda devem ser exploradas, servindo também como um estímulo a outros pesquisadores. Este trabalho também tem a pretensão de dar um retorno a estes sujeitos como instrumento pedagógico, de pesquisas e de possíveis intervenções em suas realidades.

O primeiro capítulo aborda, “o trabalho coletivo e a emergência da educação”, destacando o trabalho cooperado, a economia solidária e o desenvolvimento sustentável, na perspectiva de práticas promotoras de mediações pedagógicas e atos educativos, além disso, faz breves reflexões sobre a educação não escolarizada. O segundo capítulo discute, “a luta pela terra e a educação”,o qual traz breves considerações sobre os movimentos sociais do campo, especialmente, o dos sem terras e os processos formativos advindos dos mesmos. O terceiro capítulo analisa os dados da pesquisa a luz das teorias discorridas no trabalho, e por fim as considerações finais.

## 2 O TRABALHO COLETIVO E A EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO

### 2.1 Ponderações acerca do trabalho cooperado

As primeiras ideias sobre o cooperativismo surgiram na Inglaterra e na França, que eram os principais centros de irradiação da cultura econômica. A proposta de uma organização voltada para fins econômicos centrada no indivíduo apareceu no século XVI, com a prática do associativismo e com o surgimento do cooperativismo, embora práticas trabalhistas associativistas estivessem presentes em outros contextos por meio de auxílio mútuo nas relações de trabalho, e nas associações coletivas de indivíduos, nas construções de armazéns, fábricas, empresas rurais e entre outros. (AGUIAR e REIS, 2002).

O advento do liberalismo econômico, através da revolução industrial, apresentou margens a reações profundas por teóricos socialistas, Plockboy, John Bellers, Robert Owen, Philippe Buchez, Charles Fourier, Willian King e Louis Blanc. Estes pensadores preocupados com a opressão sobre os trabalhadores, buscaram através de organizações baseadas em princípios como a solidariedade e a autoajuda, outra alternativa econômica, mais humana e mais equitativa socialmente e economicamente (ILHA, 2008). Os referidos autores foram os principais precursores do cooperativismo, acerca de suas principais preocupações pode-se evidenciar:

Basta uma análise rápida dos principais precursores do sistema cooperativista moderno para afirmar-se que a grande questão, objeto de preocupação de todos eles, residia na eliminação pura e simples do lucro, ou da exploração do homem pelo homem. Eles colocavam o homem acima das suas relações produtivas, o homem à procura das suas satisfações pessoais e coletivas e não escravizado ou explorado pelo capital de poucos em nome do progresso material (ILHA, 2008, p. 29).

Observa-se que os mencionados socialistas estabeleceram uma ideologia clara de organização social comunitária na tentativa de amenizar os problemas econômicos e sociais dos operários, dando posteriormente uma importante contribuição para a efetivação do cooperativismo moderno.

Na cidade de Rochdale, na Inglaterra, ocorreram as primeiras experiências exitosas acerca da criação e funcionamento de uma cooperativa por meio de um grupo de trabalhadores da indústria de tecelagem. A razão do sucesso deu-se em virtude de analisarem as diversas formas de associativismo cooperativistas criadas no início do século XIX, essa avaliação fez-los evitar cometer erros que levaram outras cooperativas ao fracasso.

A respeito da evolução histórica do cooperativismo, Ilha (2008) evidencia:

Em 1844, quando da criação da primeira cooperativa no mundo, os seus fundadores, (...), acreditavam numa globalização do cooperativismo, ou seja, que o ideal cooperativista fosse alcançado por todos de uma forma geral nas ações econômicas, nas organizações políticas e nas estruturas sociais. Já nos congressos de 1937 e de 1966 defendia-se que a forma de expansão do cooperativismo se daria através da educação das pessoas na busca de mudar comportamentos individualistas. E, finalmente, chega-se no congresso de 1995, com o ‘interesse pela comunidade’. É perfeitamente observável, (...), o cooperativismo passa de uma pretensão uníssona para um pensamento menos presunçoso e chega a uma concepção mais democrática, a de inserir na comunidade buscando soluções para todos (ILHA,2008, p. 30).

Observa-se que o processo de expansão do cooperativismo pressupõe a emergência de novos valores sociais centrados na coletividade, no bem estar social e na participação democrática. Estes princípios têm um forte poder de formação humana do sujeito por meio de uma nova cultura do trabalho.

Na perspectiva do trabalho associado, o trabalho se configura como um meio e fim educativo, percebe-se,

Uma das suas particularidades é que, diferentemente da escola, na produção associada não é necessário eleger o mundo do trabalho como princípio educativo; ele é princípio e, também, fim educativo, é fonte de produção de conhecimento e de novas práticas sociais, é fonte de produção de bens materiais e espirituais (TIRIBA, 2001 apud NOVAES e CASTRO, 2012, p. 42).

Portanto, percebe-se que na sociedade capitalista ocorre uma separação entre trabalho intelectual e trabalho braçal, sendo que a escola prepara o sujeito para desenvolver ações em um momento posterior, já no trabalho associado não há essa separação, uma vez que o trabalho se transforma em meio e fim educativo.

O trabalho associado com seus múltiplos elementos proporciona uma redefinição e/ou definição de um novo *ethos*. Nesse sentido, “seja pela sua organização, pela prática de gestão, pelas relações de trabalho e convívio ou relações com espaços externos; seja pelo uso de objetos técnicos, de saberes partilhados e construídos (...) constitui potencialmente para (re)construir (...) uma cultura do trabalho”. (ADAMS, 2010, p. 134-135). Nessa constituição de um novo *ethos* ocorrem mediações pedagógicas e situações de aprendizagem, pois se tem uma nova configuração de trabalho que se sustenta em valores coletivos. Ainda para o referido autor:

Os saberes da experiência do trabalho solidário tendem a reproduzir-se em outras dimensões da vida pessoal e social com uma clara interação entre o trabalho produtivo e o realizado no mundo da reprodução (trabalho doméstico, (...) do ambiente, as ações comunitárias). Por isso, a prática do trabalho associado, através do exercício de uma gestão participativa e democrática, mediada pelo diálogo permanece nas relações solidárias de trabalho, tem se constituído em processos pedagógicos formador de uma cultura do trabalho (ADAMS, 2010, p. 141).

Essa nova cultura de trabalho perpassa as relações econômicas, dotando os indivíduos de novos valores culturais e com uma nova percepção acerca das relações sociais, favorecendo a cooperação, a solidariedade, as práticas autogestionárias e a reciprocidade. Nesse sentido, o trabalho associado pode ser visto como uma práxis eminentemente pedagógica.

O trabalho coletivo alicerçado na economia solidária também forma para a conquista do poder político dos associados. De acordo com Gadotti (2009) essa economia tem um poderoso componente de formação política, bem como de educação, tornando-se um ato pedagógico em si. Dessa forma, o associativismo potencializa as lutas dos trabalhadores em cooperação pelo controle autônomo e pela democracia participativa.

O trabalho coletivo promove a interação entre os associados e, conseqüentemente, o compartilhamento de experiências acumuladas, sendo a partir das relações sociais que se constroem novos conhecimentos. Também, é através da união que os sujeitos conquistam suas autonomias e se reeducam para uma nova forma de produção.

## **2.2 A economia solidária e as mediações pedagógicas**

No percurso do contexto histórico é possível observar indícios da presença de Economia Solidária nas relações sociais entre os sujeitos. O antropólogo Marcel Mauss (2003), observou nas sociedades primitivas uma economia pautada na solidariedade, “economia da dádiva,” assentada no princípio da reciprocidade: dar, receber e retribuir. Sendo esse processo econômico, de natureza universal e um fenômeno que ocorre em todas as sociedades. Portanto, percebe-se que a prática de uma economia alicerçada em princípios divergentes do sistema capitalista é histórica.

Pode-se evidenciar que a emergência da Economia Solidária se deu no início do século XIX, mais precisamente nos primórdios do capitalismo industrial, em decorrência do desemprego gerado pela revolução industrial. Ou seja, da ascensão da máquina, substituindo a mão-de-obra humana (SINGER, 2002). Em virtude deste processo, nasce uma economia que

representa uma alternativa ao sistema capitalista, baseada em valores sociais voltados para a formação humana.

Outros fatores que impulsionaram a formação de empreendimentos econômicos solidários foram às crises do sistema capitalista que fragilizaram o modelo da relação tradicional de trabalho capitalista. Em virtude das mudanças do capitalismo globalizado, sobretudo, no que se refere ao desemprego, a precarização das relações de trabalho e à exclusão social favoreceram outro tipo de economia. Com efeito, a economia solidária representa uma oposição ao sistema salarial vigente, caracterizado pela exploração da força de trabalho humana e pela exclusão social.

Durante o período em que o modelo taylorista-fordista predominou, houve um intenso acúmulo de capitais por parte das grandes corporações. No entanto, a partir dos anos 1970, o capitalismo começa a adentrar uma crise estrutural, caracterizada principalmente pela queda na taxa de lucro causada pelo aumento do preço da força de trabalho, resultante das lutas dos (as) trabalhadores (as) nos anos 1960; pelo desemprego estrutural que acabou por ocasionar uma retração no consumo; pela crise do Estado de bem-estar social e a intensificação dos processos de privatizações (ANTUNES, 2001 apud NOVAES e CASTRO, 2012, p.).

As transformações na estrutura do mercado de trabalho nas últimas décadas provocaram dificuldades econômico-sociais que atingiram toda sociedade, precisamente os setores populares, nos quais se encontram os marginalizados do sistema capitalista de geração e distribuição de recursos. Nesse sentido, os setores excluídos encontraram uma alternativa de subsistência e sobrevivência assentadas em trabalho na forma de produção associada e cooperada, resultando empreendimentos de caráter grupal (REIS, 2001).

A presente crise da sociedade salarial está impulsionando novamente o cooperativismo (SOUZA, 2003). A economia solidária não se resume a cooperação, contudo, este princípio é sua forma principal, uma vez que tem fundamentos éticos de organização e uma tradição histórica. Nesse sentido, esta economia perpassa o cooperativismo, abarcando outras configurações de organização econômica, mas com a mesma orientação igualitária e democrática, vivências baseadas em valores coletivos e não individualizados.

A economia solidária é uma nova forma de organização da produção que diverge da estrutura que rege o mercado capitalista. Ela deve no futuro oferecer oportunidades de trabalho àqueles que foram excluídos pelo sistema capitalista de produção (SINGER, 2002). Nessa mesma perspectiva, Nascimento (2006, p. 8) complementa argumentando que “a economia solidária representa instrumento de combate à exclusão social na medida em que

apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades humanas, eliminando as desigualdades materiais”. Sendo assim, essa economia pode se tornar um mecanismo de equidade social e de combate ao desemprego e a exclusão social.

A economia solidária é uma forma de produzir, comercializar e consumir, colocando as necessidades humanas acima das necessidades do capital. Nesse tipo de economia não existe patrão, nem empregados, mas grupos autogestionários; valoriza o desenvolvimento local e sustentável, ou seja, o consumo responsável e consciente; a lógica de desenvolvimento é diferenciada, sem concentração de renda, de terra e uma política de distribuição.

Tomando como base a carta de princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, esta se constitui:

O fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003, p. 2).

Denota-se uma economia voltada para a satisfação das necessidades dos sujeitos e não obtenção de lucro, na qual a produção encontra-se em harmonia com o meio ambiente e com o bem estar social. Nesse contexto, a sustentabilidade visa preservar não só a natureza e a biodiversidade, mas também a heterogeneidade cultural, o pluralismo político e as relações dinâmicas entre o local e o global (ARROYO, 2006). Nesse sentido, a sustentabilidade abarca diversas dimensões, versando sobre uma concepção sistêmica e holística.

Além do desenvolvimento sustentável a economia solidária se assenta em outros princípios essenciais para o seu funcionamento, a solidariedade, a autogestão e o cooperativismo/associativismo.

Nessa economia a solidariedade pode ocorrer nas relações internas e externas, na oferta de oportunidades para o desenvolvimento de todos na preocupação com o bem estar das pessoas. Ela enquanto princípio e valor deve ser entendida como o envolvimento e compromisso político horizontal, envolvimento este que significa a conscientização de que o sucesso de cada sujeito depende do sucesso coletivo de todos (BENINI, 2008).

A autogestão é outro princípio importante da economia solidária, versa sobre uma administração democrática, nessa forma de administração as decisões são tomadas de forma coletivas, valorizando a opinião de todos e buscando alternativas para solucionar os possíveis

problemas. Nessa perspectiva, a autogestão é entendida como, “organização de uma forma de empreendimento coletivo em que se combinam a cooperação do conjunto dos trabalhadores (...) com o poder de decisão sobre questões relativas ao negócio e ao relacionamento social das pessoas diretamente envolvidas”. (VERARDO, 2003, p. 60). Sendo assim, os sujeitos cooperados definem para o grupo as regras e as normas de relação e funcionamento do empreendimento, buscando uma interação democrática e igualitária entre os associados.

A respeito da economia solidária, observa-se,

Duas dimensões principais emergem do processo de consolidação de cooperativas e outras formas de economia solidária: uma dimensão econômica, enquanto atividade econômica que garantam meios de vida aos seus integrantes; e uma dimensão política, enquanto organizações coletivas onde prevaleçam práticas democráticas, cooperativas e autogestionárias entre os integrantes. Embora muitas vezes apenas uma delas tenda a ser enfatizada, ambas são fundamentais para que a economia solidária se concretize.(CUNHA, 2003, p. 47).

Em consideração a autogestão, Silva (2010, p. 36) complementa a referida citação enfatizando que “a autogestão como prática gerencial (...) passa a exigir do trabalhador maior interação com a empresa, mais participação a fim de torná-lo um colaborador, identificado cada vez mais como objetivo da organização. A autogestão é considerada uma prática social e política”. Nesse sentido, percebe-se que a autogestão pressupõe práticas solidárias e promotoras de autonomia em suas organizações.

Com efeito, a autogestão representa formas de avanços para a autonomia e liberdade sobre a orientação dos trabalhadores; é uma maneira de produção que requer a participação e, sobretudo, o controle por parte desses cooperados em todo processo de produção(MELO NETO, 2005).

A partir do exposto anteriormente, observa-se que a administração de empreendimento solidário difere da heterogestão que está voltada para administração de empresas capitalistas, centrada na hierarquia e formada por níveis sucessivos de autoridades.

No cooperativismo/associativismo há objetivos comuns, propriedade coletiva, partilha de resultados e responsabilidade coletiva. As iniciativas de economia solidária têm sido interpretadas como expressão muito recente de organização social sob a forma associativa, propondo o fortalecimento da sociedade organizada como forma de promover desenvolvimento e democracia (CUNHA, 2003). Nessa perspectiva, essas iniciativas propõem uma organização, na qual os indivíduos se incubem de gerar sua própria fonte de trabalho objetivando o acesso a bens e serviços a baixo preço numa dinâmica recíproca, articulando

interesses individuais aos coletivos.

O que faz a economia solidária crescer no Brasil são principalmente experiências construídas na prática cotidiana pelos próprios sujeitos coletivos, que, com apoio dos agentes externos, se organizam em grupos de produção associada, cooperativas populares, *organizações coletivas em assentamentos rurais*, empresas geridas por trabalhadores e outras formas associativas e autogestionárias (o grifo é nosso) (CUNHA, 2003, p. 67).

Portanto, percebe-se uma crescente no que tange a formação de organizações coletivas inspiradas em valores humanos, incentivando a equidade social entre os sujeitos, a democracia, a cooperação, a solidariedade e a qualidade nas relações de trabalho. Enveredando por esse caminho, Aguiar e Reis(2002) complementam o nosso pensamento evidenciando:

A economia social firma seus objetivos na solidariedade e na democracia, dando primazia à distribuição dos benefícios ao homem e ao trabalho sobre o capital. Impelida pelo ideário humanista e solidário, é formada por cidadãos livres, organizados através de empreendimentos de caráter econômico e social, com autogestão democrática, onde as relações sociais são a expressão mais forte da cooperação e solidariedade (AGUIAR e REIS, 2002, p.150).

É na perspectiva das relações de trabalho que pretendemos evidenciar a emergência da educação não escolarizada a partir do trabalho coletivo e associado. Para Arruda, (2005, p. 32) “na consciência dos que vivem do seu trabalho, a vinculação entre trabalho e educação faz-se naturalmente, pela sua própria condição de ser humano trabalhador”. Por esse caminho, Adams (2010) evidencia que, o processo educativo relaciona-se com as lutas de sobrevivência, buscando resolver problemas elementares da produção material da existência.

A economia solidária pode ser vista como uma prática eminentemente educativa, na medida em que requer dos sujeitos que a praticam uma formação assentada em novos valores sociais. Nesse pensamento, “a economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a(SINGER, 2005, p. 19). Ainda para este autor,

Fica claro que a prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem que ser coletiva, pois ela deve ser de todos que efetuam em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição (SINGER, 2005, p. 16).

Com efeito, nessa nova forma de produção torna-se necessário haver uma requalificação do trabalhador, voltada para os princípios de organizações solidárias. Com isso, há distintas habilidades que devem ser desenvolvidas nos sujeitos que compõe essas organizações, como exemplo: trabalhar de forma cooperada, associada e autogestionária. Nestas, todos participam das decisões, por isso, todos os componentes das organizações devem ser formados para a gestão coletiva.

Para Silva (2010, p. 34), “são várias as habilidades que precisam ser desenvolvidas nas pessoas que compõem os empreendimentos econômicos solidários, como: formação básica para o associativismo, cooperativismo e economia solidária”. Estas habilidades muitas vezes são desenvolvidas por meio da interação de experiências entre os associados e na própria prática cotidiana.

Portanto, percebe-se que a partir da economia solidária é possível brotar novos processos educativos e mediações pedagógicas. Também se denota que essa nova forma de trabalho é um ato pedagógico, na medida em que propõe nova prática de trabalho e uma compreensão dessa nova prática (SINGER, 2005).

### **2.3 Breves considerações sobre a educação não escolarizada**

Neste ponto trataremos da educação não formal, a que se expressa por meio das ações e práticas coletivas organizadas em movimentos, organizações e associações sociais. Nesta perspectiva, esta educação pode ser vista como um processo que emerge das relações sociais entre sujeitos, principalmente na troca de experiências por meio da prática de trabalho e na luta política. Essa educação pode ser entendida como um saber histórico acumulado pelo homem ao longo da sua trajetória de vida, nesse sentido, o nosso pensamento encontra respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB - 9.394/1996, em que a reconhece como ações e processos educativos aqueles desenvolvidos por movimentos sociais e organizações da sociedade civil, nos quais a educação não formal prevalece.

Para Gohn (2008), a educação não formal designa um processo com quatro campos ou dimensões. O primeiro seria a aprendizagem política dos direitos dos sujeitos enquanto cidadãos; o segundo envolve a capacitação para o trabalho, por meio de desenvolvimento de potencialidades; o terceiro, o exercício de práticas que os capacitem a se organizarem com fins comunitários; o quarto, a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal.

Com efeito, para fins didáticos percebe-se a educação não formal organizada em dois tipos, um destinado a transmissão de conhecimentos sistematizados pelo homem, abrangendo

a educação de jovens e adultos; e o outro correspondendo a educação gerada no processo de participação social, em atos coletivos não voltados para a aquisição de conteúdos da educação formal (GONH, 2008).

Essa educação favorece a formação de associações democráticas visando o desenvolvimento econômico, social e intelectual dos sujeitos; apresenta um caráter voluntário; promove, sobretudo, a socialização; tem uma preocupação com a mudança social; favorece a participação e entre outros tipos de aprendizagem.

Um dos suportes básicos da educação não-formal é o de que a aprendizagem se dá por meio da prática social. É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado. A produção de conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser apreendidos, mas o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações-problemas (GONH, 2008, p. 103).

Observa-se que as ações interativas entre os sujeitos que muitas vezes ocorrem a partir de situações vivenciadas no cotidiano são a base para a construção de novos saberes, essa aquisição se dá, principalmente no plano da comunicação oral. Portanto, essa educação tem sempre um caráter coletivo, é baseada na ação grupal e é vivida como práxis concreta de um grupo.

#### **2.4 O trabalho assentado no desenvolvimento sustentável e as práticas educativas**

Em virtude do surgimento de problemáticas relacionadas à escassez dos recursos naturais e o desequilíbrio ambiental, como a crise energética mundial, altos índices de poluição e o uso indiscriminado dos recursos naturais, a discussão acerca do desenvolvimento passou a levar em consideração as questões ambientais.

Em torno da questão de desenvolvimento, Kugelmas (2007) enfatiza que pensar em uma teoria do desenvolvimento nesse novo contexto histórico atual é preciso repensar sua dimensão social e a questão da equidade. Também é necessário levar em consideração a relação do desenvolvimento com o meio ambiente. Pois, na atualidade com o agravamento de questões ambientais o desenvolvimento sustentável tornou-se imprescindível, ou seja, produzir e desenvolver em harmonia com a natureza. Nesse sentido, a inclusão do fator ambiental no desenvolvimento econômico leva à concepção de desenvolvimento sustentável (ARROYO, 2006).

A preocupação de produzir e desenvolver respeitando as limitações ambientais se acentuou a partir de 1972, quando as Nações Unidas estabeleceram em Estocolmo, um programa ambiental. Com isso, a discussão sobre preservação dos recursos naturais tornou-se tema importante nas agendas da maioria dos países. Nessa perspectiva, leis e estruturas foram criadas com vistas à preservação da natureza, que passou a ser considerada parte dos direitos humanos (RUTKOWSKI e LIANZA, 2004).

A partir de tais problemáticas tem havido discussões no sentido de buscar novas estratégias com vistas a conciliação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Nessa perspectiva, “surge na década de 1980, o conceito de desenvolvimento sustentável, como um tipo de desenvolvimento que permite melhorias reais na qualidade de vida e ao mesmo tempo preservar a viabilidade e a diversidade da terra” (IUCN e UNEP, 1980 apud RUTKOWSKI e LIANZA, 2004, 171). Percebe-se uma forma de desenvolvimento com a finalidade de atender as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras.

O desenvolvimento sustentável se fundamenta, principalmente, no atendimento sobre as necessidades fundamentais da sociedade, como educação, habitação, saúde e outros; preservação dos recursos naturais esgotáveis; conscientização da sociedade da necessidade de preservar o meio ambiente; e na garantia da segurança social dos indivíduos. Seguindo esse pensamento, o desenvolvimento sustentável possui três componentes essenciais, a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade econômica e a sustentabilidade sócio-política (SILVA e COSTA, 2010).

O trabalho assentado no desenvolvimento sustentável busca produzir e desenvolver em conformidade com as limitações da natureza, procurando preservá-la e não degradá-la, pois se entende que a mesma é um componente fundamental no atendimento das necessidades do presente e do futuro, e a escassez dos recursos naturais compromete a existência de vida.

Com tudo o exposto denota-se que por meio da produção sustentável emerge processos educativos, objetivando assegurar a convivência harmônica entre homem e natureza. Com efeito, vamos ter indivíduos com novos valores culturais, econômicos, sociais e éticos. Ou seja, com um novo *ethos*. Isso deve ser concretizado através de atos educativos e pela própria relação desses sujeitos com a natureza. Pois, “trata-se de uma mudança profunda de valores e princípios que orientam o comportamento humano em relação ao que é e ao que não é sustentável” (Gadotti, 2009, p. 33). Desse modo, a sustentabilidade implica respeito à vida, cuidado com a comunidade e todo o planeta.

### **3 A LUTA PELA TERRA E A EDUCAÇÃO**

#### **3.1 Breves considerações sobre os Movimentos sociais do campo**

A luta pela terra no Brasil é secular, deu-se desde a chegada do colonizador português a este país. A partir desse momento começaram as lutas contra o cativo da terra, contra a exploração e expulsão, marcando a resistência dos trabalhadores do campo. As resistências históricas constituídas por atores sociais como os povos indígenas, escravos negros, trabalhadores livres e imigrantes contra a expropriação determinaram o desenvolvimento e o enraizamento das lutas camponesas pela posse da terra.

Os movimentos sociais do campo contemporâneos são herdeiros da tradição de resistência e de luta dos povos oprimidos, que resistiram e se rebelaram contra a ocupação, a apropriação, expropriação da terra no Brasil. Os originários índios, os africanos e seus descendentes escravizados, os colonos, os trabalhadores do campo, que ao longo da formação social brasileira vêm se confrontando e reagindo às forças opressoras daqueles que ao longo da ocupação e exploração da terra vêm impondo múltiplas formas de opressão que marcam as relações sociais na formação social brasileira (BATISTA, 2006, p. 20).

Os confrontos no campo pela posse da terra são lutas políticas, nas quais os trabalhadores rurais idealizam ocupar a terra como espaço de práticas de trabalho, de sobrevivência e de práticas culturais. Além disso, querem atribuí-la outra dimensão diferente daquela do latifúndio, da exploração, da cultura mercantil e da exaustão da natureza (BATISTA, 2006).

No percurso dessa resistência histórica, principalmente a partir do século XX, os movimentos sociais do campo se expressaram de diversas formas e criaram distintas organizações na luta pela terra e reforma agrária, como as ligas camponesas, as diferentes formas de associações e os sindicatos dos trabalhadores rurais. Estas organizações foram formadas pelos pequenos proprietários rurais, arrendatários, posseiros, trabalhadores assalariados e entre outros que não tinham a posse da terra, que desenvolveram o processo de organização política do campesinato (FERNANDES, 2001).

A partir da década de 1980 o ator social que mais se tem destacado nas exigências por reforma agrária e mudanças sociais tem sido o Movimento dos Sem Terra (MST). Atualmente esse movimento tem ampliado suas reivindicações no sentido de ter acesso ao crédito e ao trabalho cooperado numa perspectiva de ruptura com o modelo capitalista de produção.

O MST é fruto da questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Seu nascimento corresponde ao período entre 1979 e 1984, e foi oficialmente criado no primeiro encontro nacional de trabalhadores sem terra, ocorrido de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel-PR. O movimento retoma as vivências de lutas históricas situadas nos processos de organização e resistência dos sujeitos do campo.

Os espaços de resistências são materializados através da ocupação da terra, com essa territorialização os sem terra se organizam e formam novos grupos de famílias para realizar uma nova ocupação e conseqüentemente conquistar outra fração do território. Dessa forma, o movimento está em constante ampliação, territorializando-se através da migração pelo país, semeando as raízes da luta e minando a concentrada estrutura fundiária (FERNANDES, 2001).

Em uma sociedade capitalista caracterizada pela exclusão e marginalização dos sujeitos, na qual o campo se apresenta como um espaço marcado pelas desigualdades sociais, pelo domínio e pela exploração comercial e humana, uma situação que iniciou com a chegada do colonizador português e arrasta-se pela nossa história.

Em meio a esta realidade excludente, o MST iniciou seu processo de organização e de lutas contra a invasão do capitalismo no campo, a concentração de terras e expulsão dos trabalhadores do campo. Como estratégia de ação, o movimento passou a realizar ocupações de terras para pressionar o governo a desapropriar terras e realizar a reforma agrária. Esta estratégia ganhou dimensões cada vez maiores e transformou o MST num grande movimento de massa. (PEREIRA, 2013, p.72).

Nessa perspectiva, o MST pode ser visto como um dos principais protagonistas de conquistas em favor das famílias trabalhadoras excluídas da terra e de direitos e de resgate da identidade camponesa corroída pelo sistema capitalista dominante. Também pode ser concebido como um ator social de formação da consciência crítica e instrumento para a ação política.

O referido movimento não luta apenas por terra, mais também amplia o nível de organizações nas relações sociais, política e de trabalho, reivindica uma educação comprometida com a realidade do campo, leva em consideração a questão ambiental e procura preservar a identidade do homem do campo.

Com efeito, o Movimento dos Sem Terra buscou a organização das famílias trabalhadoras rurais com vistas ao desenvolvimento de ações concretas no próprio contexto de vida desses sujeitos marginalizados e historicamente oprimidos pela negação de seu modo de vida, pelas relações de trabalho e submissão ao coronelismo do campo e político (PEREIRA,

2013). Organizados e lutando contra a opressão, o saber brota da reflexão através dos corpos humanos que estão resistindo e lutando, e portanto, em um processo de aprendizagem (FREIRE e NOGUEIRA, 2011).

Buscando a articulação entre visão crítica de mundo com a ação política com vistas à transformação da realidade dá-se a matriz pedagógica do MST. É a respeito dessa temática que discorreremos a seguir.

### **3.1.1 A matriz pedagógica do MST**

As orientações do movimento acerca de suas ações têm como ponto inicial a prática social dos sujeitos, com contradições, desafios e possibilidades para, a partir dela, ter acesso à teoria, ao conhecimento científico, que possibilita compreender, orientar, corrigir, reorientar a prática, arquitetando um movimento dinâmico e permanente entre prática-teoria-prática (MST, 2001). Nessa perspectiva, a matriz pedagógica do MST tem como ponto de partida a prática social dos camponeses, propondo a unicidade política e ideológica com a finalidade de desenvolver a percepção crítica como mecanismo de organização política com vistas à superação dos desafios impostos pelo contexto concreto (PEREIRA, 2013).

Com efeito, a própria ação dos sem terra se configura como um processo formativo no sentido libertador, propondo uma construção coletiva através de uma prática pedagógica permanente sobre o contexto dos sujeitos. Estas ideias pedagógicas estão embasadas na teoria e prática de Paulo Freire.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 1987, p. 41).

A ação política do movimento surge com essas dimensões política/pedagógica, sendo que, as ocupações de terras tem se configurado como um mecanismo de promoção de distintas vivências e trocas de experiências entre os camponeses. Uma vez que cada ocupação representa uma realidade local e política peculiar a cada situação, sendo necessário haver a socialização de conhecimentos entre sujeitos que já vivenciaram experiências dessa natureza com os demais companheiros de luta. Nesse sentido, essas relações possibilitam um permanente processo de aquisição de conhecimento por meio do compartilhamento de

vivências sobre as trajetórias de vida, as condições de trabalho, os saberes, as culturas e entre outros.

Nessa perspectiva de interação entre os sujeitos e as possíveis mediações pedagógicas, Pereira (2013) destaca:

O diálogo proporciona a troca de experiências entre os sujeitos, e vai descortinando novos caminhos para compreender a realidade e para a conseqüente intervenção. Assim, o cotidiano apresenta vasto campo de desafios e possibilidades, à medida que vão revelando as injustiças e construindo a concepção de que as condições de miserabilidade do mundo não são fatalidades, mas, sim resultado de um sistema injusto. No entanto, munidos de um olhar crítico se constroem caminhos para superar o que antes parecia determinismo (PEREIRA, 2013, p. 77).

A matriz pedagógica do MST se envereda por esse caminho, no sentido de trocas de saberes entre os indivíduos com vistas à superação dos desafios presentes no contexto onde estão inseridos. Esse processo de ensino-aprendizagem possibilita o reconhecimento de direitos e a importância da participação como sujeitos históricos e inacabados, bem como a conscientização da necessidade de lutar contra as condições impostas pela cultura dominante.

Os movimentos sociais têm sido espaços de organização de lutas e de formação de indivíduos. Nesse sentido, podemos enxergar o MST como o espaço da formação do sujeito social Sem Terra, no qual ele participa da construção da coletividade, como um processo de educação, significativo do ponto de vista social, político e pedagógico, por ser movido por questões de identidade, de homem do campo. Nessa perspectiva, emergem duas dimensões fundamentais no processo de formação dos sem-terra, a que vincula o sujeito a historicidade do movimento, tornando-o fruto e raiz desta história; e a que faz desse indivíduo um ser humano em transformação permanente, à medida que é condicionado de vivências coletivas que exigem ações, entrelaçando as vivências coletivas, que envolvem e se produzem desde cada família, com o caráter histórico da luta social que representa, forma-se então a coletividade Sem Terra (CALDART, 2001).

A matriz pedagógica é o próprio movimento como sujeito e princípio educativo, com efeito, brota um processo de ensino-aprendizagem que se constitui no movimento de uma luta social e tem um poder formador, uma vez que os indivíduos que fazem parte da luta podem ser ressignificados por meio da ideologia e da pedagogia do movimento, à medida que questiona a ordem estabelecida, problematiza e propõe valores, transforma a realidade e se produz como sujeito da história.

Pensar o movimento como princípio educativo da formação dos sem terra é considerar que seu processo educativo básico está no próprio movimento, no transformar-se, transformando os sujeitos, a terra, a história, a pedagogia e entre outros (CALDART, 2001). Nesse sentido, os sem terra se politizam e se educam, alinhando-se a novos valores centrados na perspectiva teórica e pedagógica do movimento.

É o movimento das práticas, diversas, por vezes mesmo contraditórias entre si, o que educa sujeitos, humaniza. Ativar este movimento, desencadear processos que combinem diferentes práticas pedagógicas, e refletir para que constituam um movimento educativo coerente, no sentido de que desenvolvido em torno de valores e de princípios comuns (CALDART, 2001, p. 219).

Percebe-se que a partir das diversas práticas sociais dos sem terra podem emergir processos educativos, como a relação com a terra, a construção de novas relações sociais de produção no campo e entre outras, constituídas por meio da coletividade, o faz brotar relações pedagógicas e atos educativos.

### **3.1.2 Assentamentos rurais: a dimensão educacional**

Nos assentamentos rurais, os camponeses constroem novas relações sociais de trabalho e novos formatos para a vida em comunidades do campo, afirmam uma cultura centrada no bem estar da coletividade, e se contrapõem, à absolutização do indivíduo, que é característica dominante da sociedade capitalista. Para Caldart (2001, p. 216), “quem visita um assentamento, (...) sai com a impressão, e talvez a reflexão, de que há outras possibilidades de como viver, e que há questões, saberes, afetos e relações de outra ordem, acontecendo não muito longe de um tipo de vida que consideravam como o único possível”. Percebe-se, portanto, a emergência de novas relações sociais, principalmente de trabalho assentado em princípios que divergem do sistema atual de produção.

Os assentamentos são conquistas dos camponeses em suas lutas pelo acesso à terra, pela reforma agrária, resultam dos conflitos de terra pela intermediação do Estado se constituem em políticas pública que representam espaços controlados pelo poder público e se prestem para o exercício do controle e também de disputas. Mas também são territórios nos quais se busca uma nova sociabilidade, onde se atribuem outros significados à terra, onde se experimentam novas relações de trabalho solidárias, sem exploração, sem jugo dos patrões, onde a terra é a esperança de vida digna (BATISTA, 2006, p. 27).

Nessa perspectiva, os assentamentos rurais tornam-se espaços que possibilitam a ocorrência da educação da práxis através da interação de experiências entre os sujeitos históricos, proporcionando o desenvolvimento da solidariedade e da cooperatividade, tornando-se atores de seu próprio desenvolvimento pessoal, comunitário e social.

A respeito dos movimentos sociais do campo, especialmente os assentamentos rurais:

Eles defendem que os empreendimentos agrícolas se organizem baseados em relações solidárias, de cooperação, de autogestão e cooperativas que envolvam os sujeitos como protagonistas, que valorizem a produção de saberes dos camponeses em sua diversidade, uma agricultura de base familiar, pelo que ela constitui enquanto elemento propulsor da equidade social, de diversidade de culturas e de uso de recursos naturais, de ocupações do espaço agrário e de possibilidades de trabalho e de desenvolvimento humano. Configurando-se assim um outro paradigma de sociabilidade, de territorialidade (BATISTA, 2006, p. 24).

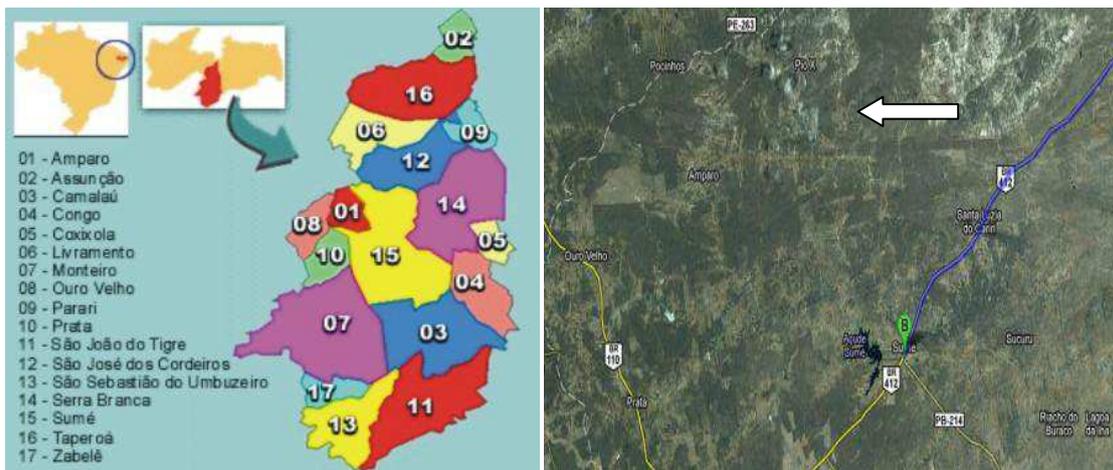
A dimensão educacional dos assentamentos rurais caminha no sentido da formação humana dos camponeses, na valorização de suas vivências históricas e na interatividade dos saberes entre os sujeitos. Também na busca da formação de novos valores sociais e nova cultura do trabalho alicerçada na cooperação, na solidariedade, na participação popular, no desenvolvimento sustentável e na equidade social.

#### 4. HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO FAZENDA MATA EM AMPARO-PB

O Assentamento Fazenda Mata localiza-se no Município de Amparo-PB, na Região do Cariri Ocidental, como se observa nas figuras 1 e 2, e é formado por vinte e nove famílias, com aproximadamente 145 pessoas, as quais viviam antes em terras que não eram suas, no Sítio Caiçara, neste mesmo município.

Por meio da Associação dos Produtores Rurais do sítio Caiçara, fundada em 07 de julho de 2004, composta por um grupo de agricultores (as) com diretoria executiva e CNPJ: 06374597/0001-10 adquiriram, através do Crédito Fundiário, a área da então Fazenda Mata com seus 574 hectares.

**Figura 1: Região do Cariri Paraibano**      **Figura 2: Região do Assentamento Fazenda Ocidental e o Município de Amparo – PB.**



Fonte: Sistema de Informações TerritoriaisFonte: [www.google.com.br](http://www.google.com.br)  
(<http://sit.mda.gov.br>)

Com efeito, o Assentamento Fazenda Mata foi criado em 2008, através de uma negociação dos componentes da referida associação com o proprietário da Fazenda Mata. Sendo o débito pela compra dessa propriedade quitado através de recursos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e a associação arcou com a dívida, pagando-a ao programa de forma parcelada anualmente. Também recebeu recursos não reembolsáveis para a construção de moradias e investimentos iniciais na propriedade.

**Figura 3: Sede do Assentamento Fazenda Mata** **Figura 4: Assentamento Fazenda Mata**



*Fonte: arquivo próprio (2015) Fonte: arquivo próprio (2015)*

#### **4.1 Descrições das atividades desenvolvidas pelos assentados no campo do estudo**

Neste capítulo pretendeu-se fazer uma análise das falas de nossos/as entrevistados/as, dialogando com os autores que dão sustentação teórica a presente pesquisa que evidencia o trabalho cooperado/associado como um mecanismo de promoção da educação não escolarizada no Assentamento Fazenda Mata em Amparo-PB.

Constatou-se que 60% de nossos pesquisados têm o ensino fundamental completo. Este interessante dado deve-se a atuação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que atua na comunidade desde 2013, ofertando um ensino voltado para as práticas econômicas dos produtores e promovendo um diálogo com suas realidades. Observa-se que a atuação da mencionada modalidade de ensino no campo de estudo encontra respaldo na Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 9394/96), uma vez que este documento evidencia que o ensino deve estar articulado com o mundo do trabalho do educando; também atende as diretrizes do MST (2001), no tocante a oferta de uma educação a partir de suas práticas sociais.

No que se refere às práticas de trabalho, observou-se que a maioria dos assentados desenvolve atividades econômicas relacionadas à agricultura familiar, a piscicultura, a pecuária e ao trabalho cooperado. Na agricultura familiar destacam-se as plantações de fruteiras, como a de maracujá, pimentão e entre outras; também o cultivo de legumes, a exemplo de milho e feijão.

Com relação à piscicultura, a criação de peixe é desenvolvida de forma coletiva através do trabalho cooperado, sendo que as práticas relacionadas a esse trabalho se referem à limpeza dos tanques, alimentação e vigilância dos alevinos, despesca e venda do produto.

No que diz respeito à pecuária, a criação dos animais (caprinos, ovinos e bovinos) é feita de forma individual, entretanto, o sistema de forragem, como as plantações de palma e o cultivo da atriplex (erva sal), que servem para alimentá-los é realizada de forma conjunta entre os produtores.

O grupo pesquisado também mencionou as atividades comunitárias como sendo trabalhos desenvolvidos coletivamente, a exemplo de construções de cercas nas propriedades, limpezas de barragens e da casa sede do assentamento, a produção de água através da operacionalização de equipamentos do sistema água doce do governo Federal implantado na comunidade que abastece boa parte das comunidades rurais do município de Amparo-PB.

As mencionadas práticas trabalhistas encontram respaldo em Batista (2006), destacando que os camponeses dos assentamentos rurais defendem que as iniciativas agrícolas se organizem baseadas em relações solidárias, de cooperação, de autogestão, cooperativas e de uma agricultura de base familiar, valorizando a produção de saberes dos sujeitos em sua diversidade.

Nessa perspectiva dá-se uma educação voltada para a formação humana, na formação de novos valores sociais e outra cultura de trabalho, valorizando as vivências históricas e a troca de saberes entre os camponeses. Nesse sentido, brota uma práxis pedagógica.

As atividades de trabalho assentadas na organização comunitária baseada na cooperação e na solidariedade são históricas, expressadas por meio de auxílio mútuo nas relações de trabalho, de constituição de associações coletivas e entre outras formas de cooperatividade, representaram em determinado contexto alternativa econômica frente ao sistema de produção vigente. Singer (2002) contribui com esse pensamento, evidenciando que essa forma de produção deve proporcionar alternativa de trabalho aos excluídos do modo de produção do sistema capitalista, que visa, sobretudo, a obtenção do lucro.

Percebe-se que organizações desse tipo podem favorecer a constituição de uma economia mais equitativa socialmente e economicamente e mais humana, na qual o fruto do trabalho coletivo é dividido de forma igualitária entre os seus membros, sem exploração do homem sobre o homem e, buscando, sobretudo, a satisfação das necessidades essenciais da comunidade.

## **4.2 O trabalho cooperado/associado como um mecanismo de promoção da educação não escolarizada**

A aquisição do Assentamento Fazenda Mata ocorreu por meio da Associação dos Produtores Rurais do Sítio Caiçara (2008). De acordo com os associados, as principais razões que os levaram a serem membros dessa associação foram: adquirir uma propriedade para desenvolver suas atividades agrícolas e por conta da associação ser bem organizada (no sentido de sua legalização documental), viabilizando o desenvolvimento do trabalho em grupo. Como se observa nas falas de dois associados abaixo respectivamente:

- 1. Ao conhecer o programa de assentamento rural agente reuniu a comunidade, a comunidade do sítio caiçara e fundou a associação em prol de adquirir uma propriedade rural, já que todos somos agricultores, para desenvolver de forma sustentável as nossas famílias.*
- 2. Bem, o nível de organização, um grupo muito bem formado, agente tem o caráter de união. Isso fortalece o grupo que trabalha de forma cooperada e de forma associada.*

Por conta desses produtores rurais não possuírem um espaço próprio para o desenvolvimento de suas práticas camponesas constituíram uma associação e formaram um grupo com vistas à aquisição de uma propriedade rural com a finalidade de trabalharem em um espaço próprio. A respeito desse fato, Pereira (2013) evidencia que esses sujeitos historicamente foram marginalizados e oprimidos pelas relações de trabalho e submissão ao coronelismo do campo e político. Freire e Nogueira (2011) completam explicitando que organizados e lutando contra a opressão, o saber brota da reflexão através dos corpos humanos que estão resistindo e lutando e, portanto, em um processo de aprendizagem.

Percebe-se também uma percepção crítica dos associados sobre suas realidades e uma ação política, pois diante de uma situação de opressão buscaram uma alternativa para a superação dos desafios impostos pelo contexto concreto, organizando-se e unindo-se, mostrando unicidade política e ideológica. Pereira (2013) endossa esse pensamento, evidenciando que a troca de experiências entre esses sujeitos descortinam novos caminhos para compreender a realidade e conseqüentemente intervenção, superando o que antes parecia ser determinismo. Com efeito, essas ações coletivas se configuram como um processo formativo e prática pedagógica.

O diálogo entre os associados por meio de assembleias promovidas pela associação do assentamento e no próprio cotidiano torna-se um mecanismo de interatividade, configurando-

se como uma fonte de produção de novos saberes. Como se observa nas falas de dois associados abaixo respectivamente:

1. *Sim, cada dia que passa agente se desenvolve, agente aprende mais, agente procura dialogar mais, de forma harmônica em que agente consegue se organizar e caminhar na comunidade.*
2. *Com certeza, todo produtor que faz parte da associação tem o conhecimento, tem os técnicos que vem dão palestra, e que todo tipo de informação que agente ta podendo adquirir é de fundamental importância para que agente motive esse trabalho cooperado.*

A partir dessas falas denota-se que os desafios concretos do contexto presente são enfrentados por meio do diálogo entre os membros da associação, tendo como resultado a organização e tomada de decisão de forma conjunta, cujo interesse maior é o bem comum da comunidade. Também percebe-se o reconhecimento por parte desses produtores que o outro tem conhecimento e através dessa troca de experiência se constroem novos saberes.

As mediações pedagógicas não ocorrem apenas por meio da relação dialógica entre esses sujeitos, mais também através da cooperatividade no mundo do trabalho, conhecimentos historicamente acumulados e compartilhados. Assim, percebe-se na fala de um associado:

*O trabalho individual muitas vezes não leva você a um caminho muito longo, um trabalho cooperado, como por exemplo, eu produzo um pouco, meu vizinho outro pouco, então a junção dessa produção, esse espírito de cooperativismo traz um lucro econômico, traz um lucro social e um lucro ambiental para a comunidade.*

Observa-se um sujeito com uma visão crítica sobre o modo de produção e consciente do seu papel na sociedade, mencionando que o trabalho desenvolvido de forma conjunto significa ganhos econômico, social e ambiental. Agindo dessa forma, inevitavelmente brotam atos educativos, uma vez que há uma preocupação em produzir de forma harmônica com a natureza e levando em consideração o bem estar social da comunidade. Desse modo, o trabalho assentado na cooperação também emerge frutos educacionais. Novaes e Castro (2012) contribuem com esse pensamento, evidenciando que a produção associada é um princípio e fim educativo, também é fonte de construção de saberes e de novas práticas sociais.

A respeito da produção cooperada/associada, Adams (2010) enriquece as ideias anteriores, explicitando que essa forma de produção com sua variedade de elementos se constituem uma nova cultura de trabalho, sustentada por valores coletivos, proporciona uma

redefinição e/ou definição de um novo ethos através das relações sociais, políticas, culturais e éticas do trabalho cooperado e solidário e entre outros elementos que fertilizam a ocorrência de situações de aprendizagens. Singer (2005) discorre sobre a temática e acrescenta que, a partir da mudança para uma nova cultura de trabalho germinam atos pedagógicos, pois se tem uma nova prática social e, conseqüentemente, há um entendimento dessa nova prática.

A maioria dos pesquisados tem entendimento e percepção crítica sobre a significação do trabalho cooperado, como se observa nas falas de três associados abaixo respectivamente:

1. *Trabalhar unidos, todos trabalhar juntos de forma conjunta através do associativismo, celebrar trabalho de forma que venha viabilizar a nossa permanência na zona rural.*
2. *Trabalho cooperado é a união de pessoas com o objetivo único que é justamente em ter a sustentabilidade do setor agrícola.*
3. *O trabalho cooperado é aquele que agente não agride o meio ambiente, trabalha em benefício de todos e que agente possa desenvolver uma atividade que venha nos dá sustentação.*

Nota-se também uma visão crítica e amadurecida de ideias com relação a distinção entre trabalho cooperado e não cooperado,

1. *É porque o trabalho sem cooperação busca mais o individualismo que nos dias de hoje o individualismo não coopera com nada, não busca agregartambém outros valores com relação a família através de buscar projetos; através de associação agente tem mais prosperidade de buscar projetos para um melhor entendimento de todos os governos.*
2. *O trabalho cooperado tem uma maior capacidade de sobreviver nos dias de hoje, onde a competitividade no setor agrícola é cada vez mais acentuada.*

A noção sobre trabalho cooperado e a distinção entre esse tipo de trabalho e o não cooperado é resultado da acumulação de experiências históricas por esses sujeitos, vivenciadas em distintos contextos. Também é consequência da formação/capacitação recebida pelos mesmos para o desenvolvimento de suas atividades, viabilizada pela associação em parcerias com diversos órgãos, a exemplo de capacitação em associativismo, comercialização e em gestão e administração. Gadotti (2005) defende que todos os membros dessas instituições devem ser formados para uma gestão colaborativa e trabalho em grupo.

A capacitação em função da produção dos cooperados se dá por meio de curso de manuseio de peixe, de dessalinização de água de poços artesianos e palestras ofertadas pelos órgãos: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

(EMATER). Essas informações estão em conformidade com as ideias de Silva (2010), destacando que os empreendimentos cooperados têm que oferecer capacitação técnica aos seus membros através de reuniões, palestras, oficinas de trabalho objetivando qualificar os associados.

#### 4. 2.1 A emergência da economia solidária

No campo em estudo há indícios de economia solidária, no qual se observou características essenciais dessa forma de produção, a exemplo do trabalho cooperado/associado entre os produtores, uma administração centrada na autogestão da associação do assentamento, a solidariedade entre os habitantes da comunidade no desenvolvimento de atividades trabalhistas e uma produção que leva em consideração a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

A associação é conduzida de forma autogestionária, ou seja, todos os seus associados participam da administração, sendo as decisões tomadas democraticamente nas assembleias, levando em consideração a opinião de todos os membros, como se percebe nas duas falas abaixo respectivamente:

1. *Com certeza, todo membro da associação ele tem voz e tem vez dentro do assentamento, principalmente nas assembleias que são realizadas tanto ordinariamente quanto extraordinariamente.*
2. *Leva sim, não só a minha mais as outras nas assembleias, a maioria é quem vence e todos terá que seguir o rumo da maioria porque se aqueles não levar em conta ele pode até ser excluído da associação.*

As palavras dos entrevistados encontram solo fértil nas ideias de Souza, Cunha e Dakuzaku (2003) discorrendo que a autogestão está relacionada à dimensão política caracterizada por práticas democráticas. A respeito dessa forma administrativa, Verardo (2003) complementa ressaltando que nela todos os associados têm poder de decisão. Portanto, percebe-se que nessa perspectiva de gestão há uma forma igualitária de poder, divisão de responsabilidade e respeito às ideias dos companheiros de trabalho.

A cooperação/associação e a solidariedade são princípios essenciais da economia solidária, há indícios destes presentes no assentamento Fazenda Mata, como se observa nas falas de três assentados abaixo respectivamente:

1. *Na nossa associação nós temos uma forma de trabalhar sobre a demanda de serviços que agente busca semanalmente ou mensalmente, busca uma escala com todos os associados para realizar os trabalhos comunitários, que aqui tem realmente vários trabalhos comunitários e á através de todos juntos, todos cooperam para realizar esse trabalho.*
2. *São divididos em grupos e periodicamente cada grupo desenvolve uma atividade que é elegida em assembléia nas reuniões.*
3. *Aqui nós temos toda semana, de mês em mês, nós trabalhamos um dia pra a associação, uma associação é uma empresa nós temos várias coisas a se fazer cooperadas e em conjunto todo mês nós trabalhamos um dia por semana em benefício da associação limpezas de cercas, limpeza de curral tudo em parceria todos tem que seguir aqueles que não pode fazer naquele dia, mais outro dia ele vai ter que fazer.*

Nota-se a presença da cooperação e da solidariedade entre os habitantes da comunidade no desenvolvimento de trabalhos comunitários, a exemplo de construção de cercas nas propriedades, limpezas de terrenos, de barragens e da sede do assentamento, operacionalização dos equipamentos do sistema água doce implantado na localidade e entre outros trabalhos.

Existem também as atividades econômicas que são realizadas de modo cooperado e coletivo, como a piscicultura, as práticas relacionadas a esse trabalho se referem à limpeza dos tanques, alimentação e vigilância dos alevinos, despesca e venda do produto; as plantações de palma e o cultivo da atriplex (erva sal) que são destinados a alimentação dos animais e é realizada de forma conjunta. O desenvolvimento das atividades comunitárias e econômicas é acordado democraticamente em assembleias e dividido entre o grupo para que seja realizado de forma coletiva.

Depois do custeio com a produção dos peixes e da própria associação, as sobras com a venda dos alevinos são depositadas em uma conta dessa instituição para manutenção do sistema água doce, a exemplo da quitação da energia elétrica, reposição e reparação de equipamentos e para uma eventual necessidade da comunidade, como se observa na fala do presidente da associação:

*Sempre quando agente vive para a questão do peixe, agente deixa uma reserva, na realidade, também as despesas com relação ao sistema do programa água doce que nós temos, a despesa de manutenção, então agente tira todas as despesas de manutenção com compra de água que necessita para manter o sistema e agente sempre busca deixar uma reserva, automaticamente agente deixa de gastar do nosso próprio bolso por que o sistema do pescado ele está dando para manter todo o sistema de manutenção de despesa e ainda fica com a reserva para alguma eventualidade e necessidade.*

A produção da piscicultura além de suprir as despesas da associação e servir como uma espécie de reservas para as necessidades do assentamento, uma parte dela é dividida de forma igualitária entre todos os sócios para o consumo próprio de suas famílias.

A respeito da emergência da economia solidária no campo do estudo, Cunha (2003) nos dá suporte, destacando que ela pode resultar das experiências cotidianas vivenciadas pelos sujeitos coletivos, que se organizam em grupos por meio de organizações coletivas em assentamentos rurais. As informações prestadas estão em harmonia com Souza, Cunha e Dakuzaku (2003), estes enfatizam que a economia solidária surge e se assenta sobre a forma associada e cooperada. Também se encontram em consonância com Aguiar e Reis (2002) evidenciando que essa economia firma seus objetivos na solidariedade.

A economia solidária é um dos mecanismos que germina a educação não formal no campo da pesquisa. Nesse sentido, o nosso pensamento alinha-se as ideias de Singer (2005) para o qual a partir da mudança para uma nova cultura de trabalho brotam atos pedagógicos, pois se tem uma nova prática social e, conseqüentemente, há um entendimento dessa nova prática. Também se aproxima com a concepção de Adams (2010) no tocante à emergência de novos processos pedagógicos e situações de aprendizagens através das relações sociais, políticas, culturais e éticas do trabalho cooperado e solidário. Gadotti (2009) nos dá sustentação teórica expondo que a economia solidária tem elementos de formação política e educacional. Com tudo o exposto, é notável a ocorrência de uma reeducação para essa nova forma de produção abarcando todas as dimensões.

Observados indícios da prática de economia solidária no assentamento em abordagem procuramos saber se os associados têm entendimento sobre esta forma de produção:

1. *Economia solidária significa todos trabalhar de forma unânime e buscar manter na propriedade, na sua localidade para evitar o êxodo rural, sempre trabalhar de forma economicamente para se manter na comunidade.*
2. *Economia solidária é quando a comunidade se une e se dá as mãos pra um objetivo único.*

Percebe-se uma pequena noção do que seja economia solidária, nesse mesmo caminho segue a distinção entre esta com outra forma de economia:

1. *Agente busca na economia solidária planejar na propriedade, principalmente na associação rural, tudo o que tem na propriedade, agente explorar tudo o que tem de bom, então essa é a principal diferença, agente trabalhar mais esse eixo e explorar tudo o que é bom na comunidade, aproveitar tudo o que é bom na comunidade local.*

2. *A economia solidária tá dizendo, não é uma economia por si só que um agricultor faz, mas por muitos, por isso ela tem uma capacidade maior de sobreviver no setor agrícola hoje que é muito competitivo.*

A simples noção sobre a referida economia não se configura como um empecilho para o desenvolvimento da produção associada e cooperada no assentamento averiguado. No entanto, acredita-se que a associação pode se tornar um importante mecanismo de promoção de cursos e palestras com a finalidade de trabalhar com mais veemência a significação dessa economia entre os associados e estimular e aprofundar o seu desenvolvimento na comunidade.

#### 4.2.1.1 Princípios de desenvolvimento sustentável

Produzir de forma sustentável tornou-se uma necessidade e desafio nos dias atuais por conta do desequilíbrio ambiental que o homem está provocando com uma produção que vem agredindo e degradando com veemência a natureza. Notou-se no campo do estudo princípios de desenvolvimento sustentável, ou seja, uma produção que leva em consideração o meio ambiente, como se constata nas falas de dois associados abaixo respectivamente:

1. *O programa água doce tem como finalidade de forma complexa, o rejeito da água que é retirado do dessalinizador, ele é colocado no solo de forma que não agride o solo, o meio ambiente, junto com o sistema nós temos o plantio de erva sal que tem como sua finalidade absorver a salinidade da água que é jorrada no solo.*
2. *O trabalho, principalmente no cooperativismo ele tem que visar essa sustentabilidade e para ser sustentável tem que tá trabalhando sem degradar a natureza.*

A produção de água, da piscicultura e de caprinos e ovinos da comunidade encontra-se em consonância com a natureza. Pois a produção de água doce pelo sistema implantado gera o sal que é colocado nos tanques de criação de peixe, servindo como alimento; o rejeito produzido nos tanques é jogado na erva sal, esta por sua vez se alimenta desse sal, absorvendo-o; já o cultivo desta é utilizado para alimentar caprino e ovino. Portanto, é notável uma cadeia de produção sustentável no assentamento. Esses resultados estão em conformidade com o pensamento de Kugelmas (2007) discorrendo que pensar em desenvolvimento no contexto atual é necessário levar em consideração a relação deste com o meio ambiente.

As informações coletas estão em consonância com Gadotti (2009) ao destacar que a prática da economia solidária envolve necessariamente uma formação cultural voltada para

uma produção de forma sustentável. Também percebe-se que os referidos resultados demonstram uma conscientização da comunidade no que tange a uma vivência harmônica com a natureza e a presença de um princípio de economia solidária, o desenvolvimento sustentável.

Nota-se uma preocupação dos assentados em preservar e não degradar os recursos naturais, evitando queimadas, uso de agrotóxicos e entre outros elementos que podem prejudicar o meio ambiente, como se percebe na fala do presidente da associação:

*Com relação ao meio ambiente agente tem todo o cuidado no geral, na agricultura, por exemplo, agente evita as queimadas para também além de ter uma boa sustentabilidade não matar a terra porque você queimando você ta acabando com o solo e automaticamente as plantas não germinam com qualidade.*

A conscientização dos sócios para a vivência saudável com a natureza dá-se nas assembleias da associação e em cursos e palestras realizadas por instituições que tem parcerias com a associação e desenvolvem projetos no sentido de oferecer ao homem do campo condições de sobrevivência no seu habitat.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho refletiu acerca da emergência da educação não escolarizada por meio do desenvolvimento do trabalho cooperado/associado. Nessa perspectiva evidenciamos a economia solidária como indício de promoção da mencionada educação através dos princípios que a caracteriza: cooperação, solidariedade, autogestão, associativismo e desenvolvimento sustentável. Estes podem se tornar uma práxis eminentemente pedagógica e formativa, atuando sobre os sujeitos que os praticam a partir do diálogo, da interação de conhecimentos e da relação com o meio onde estão inseridos. Também buscou mostrar que os movimentos sociais do campo se configuram como atores sociais de formação política, social e cultural, nos quais as organizações coletivas rurais, a exemplo de associações, representam conquistas de autonomia e percepção crítica sobre o contexto de suas realidades.

O estudo constatou a existência do trabalho associado/cooperado no campo pesquisado através da Associação dos Produtores Rurais do Sítio Caiçara que versa sobre uma administração democrática e autogestionária. Com efeito, as práticas trabalhistas e sociais desenvolvidas pelo grupo encontram-se assentadas na cooperação entre os sujeitos por meio da produção de peixe, de práticas agrícolas, da produção de forragem para a alimentação dos animais e de atividades comunitários, a exemplo da produção de água doce.

Percebeu-se que a organização e a unicidade desses trabalhadores rurais os tornaram um grupo que vem superando os desafios do contexto concreto, desde a constituição da referida associação a produção associada e coletiva. Estes resultados são frutos da ideologia política, que somando forças, resgatariam direitos históricos que lhes foram negados e conseguiriam um espaço próprio para o desenvolvimento de suas práticas trabalhistas e passariam a pressionar os poderes públicos para a efetivação de políticas públicas com vistas à melhoria de suas qualidades de vida. Por conseguinte, esse processo de interação dialógica e experiência no campo de trabalho vêm proporcionando situações de aprendizagem e mediações pedagógicas.

A educação não escolarizada no Assentamento Fazenda Mata é germinada por meio de diversos fatores: pela via dialógica nas assembleias/reuniões na sede da associação, discussão dos problemas da comunidade e os caminhos para as possíveis soluções, havendo assim, uma interação de ideias; pelo compartilhamento de saberes no trabalho em cooperação e conjunto, refletindo no reconhecimento da importância do outro no desenvolvimento de atividades coletivas; na capacitação ofertada pela associação através de palestras no assentamento em parcerias com órgãos governamentais; nas práticas trabalhistas voltadas para a

sustentabilidade, a exemplo do plantio de atriplex (erva sal) evitando a salinização do solo, configurando-se como princípios de desenvolvimento sustentável e uma conscientização dos sujeitos quanto a necessidade de preservar o meio ambiente.

Há indícios da presença de economia solidária no campo da pesquisa e com um forte poder formativo. A conscientização dos assentados quanto ao desenvolvimento de trabalhos comunitários, a exemplo da operacionalização de equipamentos do sistema água doce, demonstra o comprometimento ético e solidário desses sujeitos quanto à demanda da comunidade. A divisão de atividades desde a produção até a venda dos alevinos, bem como a produção de forragem através do plantio de erva sal evidencia a cooperatividade existente no assentamento. A forma como a associação é conduzida, na qual todos são administradores tendo vez e voz, contribuindo para a formação de um espírito participativo e democrático.

Por certo, a pesquisa desenvolvida não esgota as discussões teóricas a respeito da disseminação do trabalho cooperado e a educação não escolarizada no assentamento Fazenda Mata, nem tampouco a produção de conhecimentos sobre as mediações pedagógicas que brotam das relações sociais dos trabalhadores (as) dessa comunidade, sendo de suma importância novos conhecimentos acadêmicos a respeito da temática abordada.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida-SP: Ideias & letras, 2010.
- AGUIAR, Cristina Silveira; REIS, Carlos Nelson dos. **As origens do cooperativismo e o contraponto aos males das metamorfoses do mundo do trabalho**. Sociedade em debate, Pelotas, 2002.
- ARROYO, João Cláudio Tupinambá. **Economia popular solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2006.
- ARRUDA, Marcos. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos. Redes, educação e Economia Solidária**: novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos. Org. Sonia M. Portella Kruppa. Brasília: Inep, 2005. (p. 31-40).
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Movimentos sociais e educação do campo**: promovendo territorialidades da agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. 2006.
- BENINI, Elcio Gustavo. **Economia Solidária em questão**: estudo sobre as possibilidades e limites de inserção e emancipação social no capitalismo, a partir de um estudo multicaseos. Campo Grande/MS. Departamento de Economia e Administração. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2008, 156 p. Dissertação de Mestrado.
- CALDART, Roseli Salette. **O MST e a formação dos sem terra**: o movimento social como princípio educativo. Estudos Avançados 15 (43), 2001, (p. 207-224).
- Carta de princípios de Economia Solidária -Fórum brasileiro de economia solidária, 2003. Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=63&Itemid=60](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60)>. Acesso em 15 de junho de 2015.
- FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer**: teoria e prática em educação popular. Ed. 11°. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Ed. 17ª, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/terra/mst3.htm>. Acessado em 10 de junho de 2015.
- GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária com práxis pedagógica**. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/68495115/Economia-Solidaria-Como-Praxis-Pedagogic-A-Moacir-Gadotti>. Acesso: 20 de junho de 2015.
- GONH, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**: impacto sobre o associativismo do terceiro setor. Ed. 4ª. São Paulo, Cortez, 2008.
- ILHA, Paulo César da Silva. A cooperativa como elemento capital da comunidade. **Revista FAE**, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 25-34, jul/dez. 2008.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Introdução ao ensaio sobre a dádiva. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MELO NETO, José Francisco de. **Economia Solidária**: ponderações teóricas e achados empíricos. Autogestão. (Orgs.). Cezar Nonato Bezerra Candeias; José Brendan Macdonald; José Francisco de Melo Neto. 2005 (p.7-43).

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Princípios da Economia Solidária**. Brasília, 2006.

NOVAES, Henrique T.; CASTRO, Mariana P. **Em busca de uma pedagogia da produção associada**. 2012, (p. 32-69). Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1687&Itemid=8](http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1687&Itemid=8)>. Acesso em 10 de junho de 2015.

PEREIRA, Ernandes de Queiroz. **A semente plantada**: educação popular e o cultivo do realismo utópico nas áreas de assentamento rurais. PUCSP – Programa de Estudos pós-graduados em Educação: currículo. São Paulo, 2013.

RUTKOWSKI, Jacqueline; LIANZA, Sidney. Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia. **Tecnologia social**: Estratégia para desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, FINEP e Petrobras, 2004.

SINGER, Paul. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. A Economia Solidária como um ato pedagógico. Org. Sonia M. Portella Kruppa. Brasília: Inep, 2005. (p.13-20).

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SILVA, Luiz Antonio Coêlho da. **A reestruturação produtiva, transformações no mundo do trabalho e a nova alternativa para o capital**: a economia solidária. 2010.

\_\_\_\_\_; COSTA, Roberlúcio Fernandes. da. **Breves comentários sobre desenvolvimento local e a economia solidária**: um estudo do projeto mandalla em Cuité-PB. 2010.

SOUZA, André Ricardo; CUNHA, Gabriela C.; DAKUZAKU, Regina Yoneko (orgs). **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, André Ricardo; CUNHA, Gabriela C.; DAKUZAKU, Regina Yoneko (orgs). **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

KUGEMAS, Eduardo. Revisitando o desenvolvimento. RBCS Vol. 22 nº 63 fevereiro/2007.

VERARDO, Luigi. **Economia Solidária e autogestão**. 2003. Disponível em: <http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta98/luigiverardo98.pdf>. Acessado em 20 de junho de 2015.

## APÊNDICES

**Apêndice A:** Termo de consentimento livre e esclarecido

Prezado(a) Sr.(a)

Eu, Antonio Josinaldo Soares Silva, como aluno do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, pretendo desenvolver uma pesquisa com os produtores da Associação dos Produtores Rurais do Sítio Caiçara, situada no Assentamento Fazenda Mata em Amparo-PB, inicialmente intitulado, **O trabalho cooperado e a emergência da educação não escolarizada no Assentamento Fazenda Mata em Amparo-PB**, sob orientação da Prof. Dr. Paulo César O. Diniz (pesquisador responsável).

O(s) motivo(s) que nos leva a estudar o assunto é demonstrar a emergência da educação não escolarizada na comunidade pesquisada. Os dados serão coletados mediante um roteiro de entrevista contendo 14 (quatorze) perguntas.

Informamos que será garantido o direito ao anonimato, assegurando sua privacidade. Você será livre para retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária, não irá acarretar qualquer dano nem custos para você. Esclarecemos que não será disponível nenhuma compensação financeira e que os dados contidos nesta investigação serão divulgados em eventos científicos da categoria em periódicos.

Diante do exposto, reitero minha responsabilidade no referido estudo, através da assinatura abaixo.

---

Paulo César O. Diniz. Fone: (81) 98424859

**Consentimento do Voluntário**

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e admito que revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento.

Eu, \_\_\_\_\_, aceito participar desta pesquisa desde que assegurado o anonimato. De minha parte o faço de livre e espontânea vontade, não tendo sido forçado ou coagido para tal, e ciente de que os dados serão usados pela responsável pela pesquisa com propósitos científicos. Estou ciente também que receberei uma cópia deste documento.

Amparo, \_\_\_\_\_

Assinatura do Participante

Atenciosamente,

**Endereço do pesquisador responsável (trabalho):**

Rua Luiz Grande, s/n- Frei Damião – UFCG – Sumé-PB – Cep: 58540-000.

Telefone para contato: (81) 98424859. E-mail: p.diniz@uol.com.br

**Endereço do pesquisador participante:**

Rua Severino Simões, 121- alto alegre – Semé-PB – Cep: 58540-000

Telefone para contato: (83)9980-3131. E-mail: [josinaldosoares10@bol.com.br](mailto:josinaldosoares10@bol.com.br)

**Apêndice B** – Instrumento para coleta de dados: roteiro de condução de entrevista

## PARTE I - DADOS PESSOAIS DOS ENTREVISTADOS(AS)

Identificação do(a) entrevistado(a) .....

Idade .....

Estado civil .....

Nível de escolaridade .....

Profissão .....

## PARTE II – BLOCOS TEMÁTICOS COM QUESTÕES A SEREM DISCORRIDAS PELOS ENTREVISTADOS(AS)

### **Bloco I – O trabalho cooperado/associado e educação não escolarizada**

1. Quais as atividades o (a) Senhor(a) desenvolve no assentamento, dentre elas quais são as desenvolvidas de forma cooperada?
2. O que levou o (a) senhor(a) a ser membro da associação dos produtores rurais do sítio Caiçara - PB?
3. Os diálogos entre os associados nas assembleias da associação e no cotidiano sobre questões da comunidade tem lhe proporcionado novos saberes? Se a resposta foi sim, quais aprendizados?
4. Essa forma de trabalho baseada na cooperação tem lhe proporcionado novos conhecimentos? Se a resposta foi sim, quais conhecimentos?
5. Os associados têm uma preocupação em desenvolver essas atividades sem agredir a natureza?
6. De que forma são desenvolvidos os trabalhos com o objetivo de preservar o meio ambiente?
7. A associação viabiliza a realização de alguma palestra, encontro, reunião, capacitação e eventos na busca de qualificação para os seus associados? Se a resposta foi sim, cite-os.
8. Em sua opinião, o que significa trabalho cooperado?

9. Qual a diferença entre o trabalho feito assim (cooperado) em relação ao trabalho sem cooperação?

**Bloco II - Economia solidária**

10. A sua opinião é levada em consideração para as tomadas de decisões nas reuniões da associação? Justifique.

11. Como é desenvolvido o trabalho cooperado na associação, ou seja, como são distribuídas as atividades para os membros dessa instituição?

12. Depois do custeio das despesas da associação, de que forma são divididas as sobras com a venda dos produtos?

13. Em sua opinião, o que significa economia solidária?

14. Qual a diferença entre essa economia (solidária) e outra forma de economia?

Obrigado pela atenção

## Apêndice C – Imagens do Assentamento Fazenda Mata

### Apêndice C-I- Criação de peixe cooperado

Figura 5: Associados distribuindo alevinos em tanques de contenção



*Fonte: arquivo próprio 2015*

Figura 6: Associados distribuindo alevinos em tanques de contenção



*Fonte: arquivo próprio 2015*

Figura 7: Associados realizando a despesca



*Fonte: arquivo próprio 2015*

Figura 8: Associados realizando a despesca



*Fonte: arquivo próprio 2015*

## Apêndice C-II- Produção de erva sal e palma de forma cooperada

Figura 9: Erva sal cooperada



*Fonte: arquivo próprio 2015*

Figura 9: Palma cooperada



*Fonte: arquivo próprio (2015)*

### Apêndice C-III- Capacitação dos associados

Figura 11: palestra com técnicos do projeto água doce



*Fonte: arquivo próprio 2015*

Figura 12: palestra com técnicos do projeto água doce



*Fonte: arquivo próprio 2015*

## Apêndice C-IV- Sistema água doce

Figura 13: Associado operacionalizando equipamentos



*Fonte: arquivo próprio 2015*